

Artigo recebido em

16/09/2014

Aprovado em

12/09/2014

MOZAHIR SALOMÃO

BRUCK

Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais -

mozahir@uol.com.br

Pós-doutor pela

Universidade Fernando

Pessoa (Porto). Doutor

em Literaturas de Língua

Portuguesa pela PUC

Minas e Mestre em

Comunicação e Cultura

pela Universidade Federal

do Rio de Janeiro.

Pesquisador do Programa

de Pós-graduação em

Comunicação Social da

PUC Minas

BRUNA RAQUEL DE

OLIVEIRA E SANTOS

Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais –

brunaraquelsantos@gmail.com

[com](mailto:brunaraquelsantos@gmail.com)

Mestra em Comunicação

Social pela PUC Minas.

Pós-graduada em

Comunicação: Imagens e

Culturas Midiáticas pela

Universidade Federal de

Minas Gerais. Graduada

em Jornalismo pela PUC

Minas

O fazer jornalístico e o enfrentamento de cenários complexos inaugurais

Mozahir Salomão Bruck e Bruna Raquel de Oliveira e Santos

Resumo

O artigo busca refletir sobre desafios e dificuldades que o fazer jornalístico enfrenta diante do surgimento e desenvolvimento de circunstâncias/situações complexas que impactam a sociedade estabelecendo, geralmente, novos parâmetros de compreensão e de abordagens de tais temas/assuntos. Tais contextos estabelecem, no tecido social, novos paradigmas de comportamento individual e coletivo e, muitas vezes, reorientando as relações sociais. Nossos focos de observação foram como jornais brasileiros se portaram diante do aparecimento e posterior explosão da Aids, na metade da década de 1980, e da droga crack, que teve seu primeiro registro no Brasil no final dessa mesma década. A hipótese é que diante de novos quadros de realidade e de suas exigências de explicação, o trabalho jornalístico tende a se desenrolar em circunstâncias de instabilidade, em função de incertezas, generalizações e mitificações – que se instalam nas lacunas abertas pela impossibilidade inicial de melhor compreensão de tais processos.

Palavras-chave

Jornalismo, Conhecimento, Acontecimento, Cenários complexos inaugurais.

Abstract

The article reflects on the challenges and difficulties that the journalistic making faces before the emergence and development of complex situations/circumstances that impact society establishing, generally, new parameters of understanding and approaches of such themes/subjects. Such contexts establish, in the social tissue, new paradigms of collective behavior and, often, redirect social relations. Our observation focuses were as Brazilian newspapers behave on the appearance and subsequent explosion of Aids, in the mid to late 1980s, and the crack drug, which had its first record in Brazil at the end of the decade. The hypothesis is that before new frames of reality and their requirements of explanation, the journalistic work tends to be developed in circumstances of instability, due to uncertainties, generalizations and mythifications - which are installed in the gaps opened by the initial impossibility of better understanding of such processes.

Keywords

Journalism, Knowledge, Happening, Complexes inaugural scenarios

Estudos em Jornalismo
e Mídia

Vol. 11 Nº 2

Julho a Dezembro de

2014

ISSNe 1984-6924

Considerações táticas

Mostrar um inferno não significa, está claro, dizer-nos algo sobre como retirar as pessoas do inferno, como amainar as chamas do inferno. Contudo, parece constituir um bem em si mesmo reconhecer, ampliar a consciência de quanto sofrimento causado pela crueldade humana existe no mundo que partilhamos com os outros. (Sontag, 2003:95)

Esta reflexão teve como ponto de partida a pesquisa¹ sobre os imaginários e modos de representação do periódico *Estado de Minas*, jornal de referência² da capital mineira, acerca do surgimento e explosão da droga crack na cidade de Belo Horizonte (MG, Brasil). O estudo, que abrangeu 15 anos de cobertura do jornal sobre o comércio e uso da droga, evidenciou que, no momento de aparecimento do crack na capital mineira nos anos 1990, a imprensa apresentou nítida instabilidade nessa cobertura. Em função de características e peculiaridades próprias do fazer jornalístico e das narrativas produzidas por este campo e pelo modo como as mídias se fazem presentes na sociedade, os textos jornalísticos analisados (notas, notícias e reportagens), em muitos momentos, acabavam mais, por reforçar, de modo enviesado, aspectos mais agudizados da questão. Mais ainda, em determinados momentos e circunstâncias, mais opacizando do que contribuindo para uma melhor compreensão e debate sobre os diversos aspectos relacionados à droga. Muitos dos hoje reconhecidos enganos e mitos acerca do crack foram, na fase inicial da cobertura (e, de algum modo, ainda hoje assim persistindo), reforçados pela cobertura jornalística. Destaque-se, no entanto, que tais equívocos, muitas

vezes, tinham como porta-vozes os próprios especialistas das áreas de saúde e de segurança pública, consultados pelos jornalistas.

A pesquisa sobre o crack, que será sinteticamente, retomada à frente, comprovou nossa hipótese e nos levou a outra questão de natureza mais estrutural em relação ao jornalismo: como a imprensa lida com os desafios e dificuldades impostos por novos fenômenos de forte impacto social, e seus respectivos contextos, na medida em que são definidos por novas lógicas e desdobram-se em reorientações e parametrizações da vida social? O problema que agora nos move é que, diante de novos quadros de realidade e de suas exigências de explicação, que sintetizamos aqui com o conceito de *cenários complexos inaugurais*, o trabalho jornalístico tende a se desenvolver em circunstâncias de instabilidade e vulnerabilidade, pois sendo o jornalismo um discurso, segundo Fausto Neto (1998), que se vale e se substancia a partir de discursos matriciais originados em outros campos de conhecimento (considerados pelo jornalismo como fontes de autoridade), o fazer jornalístico acaba – ele próprio – ficando à mercê das incertezas, dúvidas, generalizações e mitificações – que se instalam nas lacunas abertas pela impossibilidade inicial de melhor compreensão de tais processos.

No caso da cobertura pela imprensa do surgimento da Aids, a doença foi inicialmente identificada como “câncer gay” e o seu aparecimento atribuído a “grupos de risco” (homossexuais, prostitutas, haitianos, hemofílicos e usuários de drogas) e sua perspectivação ganhou, acima de tudo, uma conotação de regramento moral. Somente com o passar do tempo, é que a cobertura

1- A pesquisa “Representações do crack na imprensa mineira: imaginários do jornalismo sobre a droga e agentes envolvidos” tem o apoio da Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) e foi realizada de março/2012 a março/2013.

2- Entende-se aqui por jornal de referência os periódicos da imprensa escrita que se estabeleceram tradicionalmente na imprensa brasileira, possuindo, além de efetiva abrangência em termos de circulação, inegável poder de influência junto à opinião pública, sendo, por esses aspectos, dentre outros veículos, tomados como referência pela sociedade.

jornalística incorporou novas informações e compreensões (à medida que o esclarecimento se efetivava nos próprios campos da ciência e da medicina) – mas até então significou para os grupos de portadores de HIV e dos mencionados ‘grupos de risco’, atitudes de preconceito e discriminação. Já em relação ao surgimento do crack, pode-se afirmar que a cobertura jornalística inicial foi marcada por narrativas mitificantes que tendiam a dar à droga superpoderes.

Teoricamente apoiados em conceitos como o de construção social da realidade (Berger & Luckmann, 2003), de conhecimento (Shutz, 2005), acontecimento (Quéré, 2012), imaginário social (Castoriadis, 1995) e representação social (Moscovici, 2009), pretendemos nos valer ainda de conceitos e noções caros às teorias do jornalismo como os critérios de noticiabilidade, as rotinas produtivas, fontes jornalísticas e acontecimento e meta-acontecimento jornalísticos, entre outros. Enfim, o artigo ora proposto pretende discutir, na perspectiva jornalística, essas guinadas provocadas por movimentos inaugurais e/ou de desestabilização da dinâmica social.

Jornalismo como conhecimento da vida cotidiana

A realidade da vida cotidiana, segundo Berger e Luckmann (2003), é mais comumente considerada como a realidade por excelência, a qual está organizada temporal e espacialmente, mas não se limita ao “aqui e agora”, “não se esgota nessas presenças imediatas”. A realidade do cotidiano abarca fenômenos que vão além do tempo e do espaço do face a face. Para os autores, experimenta-se “a vida cotidiana em diferentes graus

de aproximação e distância, espacial e temporalmente”. (Berger & Luckmann, 2003: 39)

É por meio da linguagem da vida cotidiana que os indivíduos estabelecem processos de subjetivação dos mais variados campos – desde os aspectos mais corriqueiros do cotidiano até experiências mais particulares, como contar sonhos. Como consequência, “‘destorço’ tipicamente a realidade destes últimos logo assim que começo a usar a linguagem comum para interpretá-los, isto é, ‘traduzo’ as experiências não-pertencentes à vida cotidiana na realidade suprema da vida diária” (Berger & Luckmann, 2003: 44).

Já há algumas décadas, não se pode negar o papel fundamental e determinante dos meios de comunicação ao intervir na construção das mais variadas experiências individuais e coletivas na sociedade. França (2012) assinala, nesse sentido, que há mesmo abordagens e entendimentos diversos acerca desses modos de impacto dos *media* sobre a realidade cotidiana. A autora faz essa análise a partir de uma reflexão sobre o acontecimento. O estudo tensiona distintas percepções do acontecimento ao observá-lo, a partir de reflexão de Quéré, nas perspectivas construtivista³ e ritualística⁴ (França, 2012: 49). A autora destaca que as duas abordagens possuem grande proximidade, uma vez que em ambas substitui-se o acontecimento “pela maneira como ele é tratado, pelo revestimento cerimonial que recebe” (França, 2012: 44), destacando que a diferença entre elas é que a configuração ritualística promove uma suspensão temporal do acontecimento; já na segunda perspectiva (ritualística), “o processo de resignificação do evento se dá pela interposição de formas sociais

3- Quéré entende a perspectiva construtivista como aquela que apreende, explica o acontecimento “enquanto construção midiática”. (FRANÇA, 2012, p.41)

4- O acontecimento é percebido a partir de sua configuração ritualística, sendo “inscrito numa serialização que ultrapassa o tempo presente e, numa fusão de tempos, se transforma em repetição, retorno, de um ato fundador. (FRANÇA, 2012, p.44)

cristalizadas – seu reconhecimento é marcado por referências compartilhadas pela sociedade e fortemente simbolizadas”. (França, 2012: 44)

Uma das discussões acerca do jornalismo, desde seus primeiros esboços como ator social e como prática socialmente organizada e legitimada, parece girar em torno de sua efetiva capacidade de reportar o acontecimento em sua integralidade e do modo como esse ocorreu. A reposição da cena primária pela narrativa (Fausto Neto, 1998), compromisso e desafio maior dos jornalistas, teria pela frente obstáculos de diferentes naturezas, sendo alguns deles, ao final, intransponíveis. Tal consideração deslocou o também antigo, polêmico e, na prática, pouco produtivo debate sobre a objetividade jornalística para um plano de menor importância dentro da investigação e estudos sobre o jornalismo.

Não desconsiderando essa discussão, mas aqui priorizando outros aspectos da mesma, deve-se refletir sobre o próprio fazer jornalístico e suas implicações. Lage (2013), com base em estudos de Ricoeur, Arquembourg, entre outros, define a narrativa como mediadora por sintetizar o heterogêneo – ou pelo menos tentar – relacionando acontecimentos que se sucedem e por substituir o tempo de ocorrência do acontecimento pelo tempo da narrativa. “A intriga faz mediação entre *acontecimentos* ou incidentes individuais e uma *história* considerada como um todo. [...] A tessitura da intriga é a operação que extrai de uma simples sucessão uma configuração]” (Ricoeur, 1994: 103). E o acontecimento, por meio da narrativa, se torna inteligível e significativo. Caso contrário, passaria despercebido.

A narrativa, no caso a jornalística, não apenas tenta agrupar uma sucessão de

fatos, mas também acaba por definir como acontecimento as ocorrências, retirando-as de uma condição de aleatoriedade e dispersão, impedindo que deixem de ser percebidas. “A narrativa é reveladora de acontecimentos. O acontecimento, portanto, não é histórico – ou jornalístico – *em si*. É, na realidade, configurado enquanto tal.” (Ricoeur *apud* Lage, 2013: 231)

O texto jornalístico, em suas diversas configurações e formatos, assim como qualquer outra narrativa, não é substitutiva do acontecimento, do ocorrido. Narrar é dar moldes ao que aconteceu no mundo da vida cotidiana. “Todo discurso jornalístico tem por trás de si múltiplos sujeitos, a começar pela estrutura empresarial que disponibiliza as informações a um público que paga para obtê-las” (Carvalho, 2012: 84). Soma-se a essa estrutura empresarial, os demais atores sociais com os quais o jornalismo dialoga como os leitores, as fontes, organizações sociais, empresas, governo, religiões.

Para Carvalho (2012),

“o discurso jornalístico está, permanentemente, marcado pelos jogos de poder e pelas disputas de significados. [...] Os argumentos são, assim, construídos tendo como pano de fundo disputas de sentidos” (Carvalho, 2012: 84).

Esse contexto de disputa de sentidos pode ser consequência da transformação do jornalismo, de acordo com diversos autores, em um “narrador do cotidiano”.

Ele [o jornalismo] é apontado como um dos principais responsáveis pela divulgação dos mais variados eventos que ocorrem em nossas complexas sociedades, e somente a partir dele é possível difundir temas e acontecimentos que, de outra forma, ficariam restritos aos seus locais de ocorrência. (Carvalho, 2012: 50)

É preciso, no entanto, relativizar o poder que o jornalismo tem sobre os indivíduos no que diz respeito aos modos de representação e mesmo de construção da realidade. Atualmente, podemos somar ao papel das mídias tradicionais – aqui nos interessando em especial os veículos jornalísticos - as redes sociais, por exemplo, no processo de visibilidade dos acontecimentos e capacidade de agendar as discussões da sociedade. Enfim, não seria exagero dizer que o jornalismo perdeu, nas últimas décadas, seu *status* de uma legitimidade quase exclusiva de dar a conhecer as coisas do mundo. Ele se coloca hoje ao lado de inúmeros outros dispositivos e suportes de informação, em um mundo que se mostra cada vez mais informativo do que noticioso.

No caso do jornalismo, ele próprio um dispositivo de visibilidade, o discurso que este produz e faz circular, faz com que o discurso do acontecimento emerge como um acontecimento notável, não apenas obedecendo aos critérios de noticiabilidade do mundo mais comumente presentes – inversão, falha, excesso – mas, sim, do âmbito da enunciação, do simbólico. Assim, segundo Rodrigues (1993), configura-se outra categoria de acontecimentos, os meta-acontecimentos ou acontecimentos segundos, que surgem pela própria existência do discurso jornalístico. “Ao relatar um acontecimento, os *media*, além do acontecimento relatado, produzem ao mesmo tempo o relato do acontecimento como um novo acontecimento que vem integrar o mundo” (Rodrigues, 1993: 31).

Ao abordar temas e cenários como o surgimento e a expansão tanto do crack quanto da Aids no Brasil, o jornalismo se valeu, especialmente, de discursos originados em outros campos

de conhecimento, esses também atores sociais, seguindo, claro, a própria lógica de produção da notícia. No entanto, o acompanhamento das mencionadas coberturas revelou que diante de lacunas explicativas e da falta de clareza no que diz respeito às relações causais desses fenômenos, a cobertura ganhou uma tendência a cristalização de mitos e de uma postura fetichizante. Tal circunstância, muitas vezes, acabou contribuindo para a opacização do contexto ao invés de tentar melhor esclarecer tais cenários, marcadamente complexos em seu nascedouro.

Processos de mitificação e fetichização no jornalismo

No horizonte ético do fazer jornalístico, estão definidos valores que têm origem nos códigos deontológicos da categoria profissional mas que nem sempre são devidamente seguidos. Em muitos veículos impressos ou eletrônicos, tais parâmetros normativos cedem sem muita resistência a opção por textos de maior apelo emotivo e promotor de sensações do que o de cumprirem os objetivos de esclarecimento e reflexão acerca dos temas abordados.

Bird e Dardenne (1993), referenciando-se em Lévi-Strauss⁵, fazem discussão dos aspectos míticos da notícia. Os autores empreendem uma crítica aos modos de abordagem dos estudos sobre as notícias nos quais têm prevalecido a separação dessas em notícias *hard* ou *soft*⁶, assinalando que tal distinção tem retardado uma discussão mais efetiva das qualidades das notícias – seja no que diz a sua abordagem mais estrutural (um corpo unificado que exhibe temas e padrões claros) ou pelo entendimento de que no caso das notícias *hard*, essas são efetivamente

5- Os autores, como Lévi-Strauss refere, definem o mito como um conjunto de todas as suas versões, ou, ao contrário, cada versão é influenciada e influencia ao mesmo tempo a totalidade do próprio mito.
6- O entendimento dos autores é de que as notícias *hard* seriam as informativas e factuais e as notícias *soft*, as divertidas.

resultado de operações narrativas técnicas e neutras “que actuam como canais de transformação de acontecimentos em informação, mais do que meios para a criação de um determinado texto narrativo” (Bird & Dardenne, 1993: 265).

Para Bird e Dardenne, só é possível melhor compreender o que são as notícias enquanto narrativas se tal dicotomia for abandonada e os textos noticiosos passarem a ser observados não nesse fechamento importante/interessante, passando a serem percebidas como um elemento cultural e na complexidade de sua tessitura narrativa. Para os autores, as notícias, em último caso pertencente a uma prática cultural antiquíssima que é a de contar estórias, são orientadoras, comunais e ritualistas. Dotam os acontecimentos de fronteiras artificiais, pois constroem totalidades significativas a partir de acontecimentos dispersos. Ou seja, além da descrição dos fatos, significam uma “ordenação humana dos mesmos”. (Bird e Dardenne, 1993: 265). É nesse sentido que, para os autores, as notícias, enquanto processo de comunicação, podem atuar como mito – um alvará para a cultura humana.

Porque as notícias são também uma forma na qual se cria ordem da desordem, transformando o saber em contar. As notícias oferecem mais do que o facto – oferecem tranquilidade e familiaridade em experiências comunitárias partilhadas (Mead, 1925-1926); fornecem respostas credíveis a perguntas desconcertantes e explicações prontas dos fenômenos complexos, tais como o desemprego e a inflação. (Jensen, 1977). (Bird & Dardenne, 1993: 266).

Muito da qualidade mítica das notícias deriva de uma tal “ressonância” – a sensação de termos escrito ou lido as mesmas “estórias” repetidas vezes. O princípio da

consonância (Galtung & Rouge, 1965) garante que os acontecimentos que possam na verdade ser diferentes sejam codificados em estruturas já percebidas e previstas. As notícias “transmitem uma sensação de drama infinitamente repetido cujos temas são familiares e bem compreendidos (Rock, 1981: 68). (Bird & Dardenne, 1993: 268).

No caso da hipótese prefigurada neste artigo, entendemos que essa vocação do ato noticioso mais do que de narrar, mas em especial de “ordenação dos sentidos” do mundo, ou em outras palavras, de dar forma ao que é informe, contribui para que se perceba com mais profundidade o que se denomina de *cenários complexos inaugurais* e como o jornalismo reage e atua diante de novos contextos sociais, ou seja, diante do surgimento e desenvolvimento de circunstâncias/situações complexas que impactam a sociedade estabelecendo, geralmente, novos parâmetros de compreensão e de abordagens de tais temas/ assuntos, partindo-se do princípio que tais contextos estabelecem, no tecido social, novos paradigmas de comportamento coletivo e, muitas vezes, reorientando as relações sociais.

Neste artigo, entendemos como processos de fetichização pontes que são lançadas, no contexto midiático, entre o que se denomina realidade e o ambiente da fantasia, do imaginário. Uma sobreposição ou tentativa de união do imaginário com o real. Como resultado dessa relação, a “vida real” se tornaria parte das próprias configurações narrativas que se oferecem ao público como mediação do mundo. Fabulações que passam a constituir um mundo à parte, mas que se oferecem como o real em si. Tais processos podem nos ajudar a compreender as opções

por narrativas que ganham contornos fantasiosos indo ao encontro do imaginário social (Castoriadis, 2002) - e também ajudando a alimentá-lo - em diversas situações retratadas nos periódicos, pois tal preferência por determinadas abordagens ocorre no imaginário humano e está diretamente ligada com o leitor, firmando uma espécie de unificação entre realidade e fantasia.

Não seria exagero afirmar que as operações de fetichização, em geral, alimentam e substanciam narrativas de cunho sensacionalista, no sentido de que exploram o lado emocional do leitor, estimulando no receptor reações mais emocionais e despertando nele mais uma penalização do que a reflexão e criticidade em relação aos fatos e assuntos abordados.

Entre o agendamento e o imprevisível: jornalismo e modos de dar a ver o cotidiano

Cotidianamente, o jornalismo lida com acontecimentos novos, irrupções da superfície lisa da realidade, construindo discursivamente um mundo possível (Alsina, 2009). O imprevisível e o surpreendente, pode-se assim dizer, fazem parte da rotina do jornalismo que, entre outros tantos papéis, tem a função de mediar tais fatos que, por sua natureza de imprevisibilidade - certamente um dos mais relevantes critérios de noticiabilidade - são guindados à condição de acontecimento jornalístico e, por conseguinte, noticiados (Wolf, 1999). É importante notar que o próprio imprevisível se faz, de modo contínuo, uma expectativa do jornalismo, que é movido pelo que se costuma chamar de facticidade cotidiana. Os jornalistas, de certo modo, já ficam à espreita

desses fatos inesperados para preencher cotidianamente seus tempos e espaços noticiosos: o grave acidente, a renúncia inesperada do mandatário, o assalto ao banco, o descontrole e embate entre manifestantes e policiais no movimento grevista, o blecaute na cidade, a fuga coletiva do presídio. Fatos que rompem com a continuidade e alteram a fluidez da vida rotineira e cuja ocorrência, apesar de não previsível, é probabilisticamente levada em conta e se tornam prioritários em termos de sua divulgação noticiosa.

Nosso entendimento é de que tais rupturas do contínuo, das ordens e dos funcionamentos regulares - ou como destacou Rodrigues (1993), a falha, a inversão e o excesso - são, em geral, os pontos de partida do trabalho cotidiano do jornalismo que, na verdade, conta com eles e deles se alimenta para revigorar-se. A novidade é a matéria-prima e objeto do jornalismo e dar forma ao informe é seu objetivo, vocação e expertise. Em uma palavra, sua função social.

Importa destacar, no entanto, que uma parte relevante e prevalente do conteúdo jornalístico provém de pautas agendadas, totalmente previsíveis. Wolf (1999) nos lembra que a coleta de notícias nega o essencial da ideologia profissional que tende a retratar o jornalista como alguém à caça de notícias. Pelo contrário, a produção noticiosa se daria num processo seriado e industrial.

A noticiabilidade está estreitamente relacionada com os processos de rotinização e estandardização das práticas produtivas: equivale a introduzir práticas produtivas estáveis, numa "matéria-prima" (os factos que ocorrem no mundo) que é, por natureza, extremamente variável e impossível de prever.

“Sem uma certa rotina de que podem servir-se para fazer frente aos factos imprevistos, as organizações jornalísticas, como empresas racionais, falhariam”. (Wolf, 1999: 190).

O autor destaca também que prevalece no jornalismo uma fragmentação em termos de conteúdos apresentados, além de uma super-representação da área político-institucional, que pode ser explicada pela adoção de procedimentos rotineiros de definição de fontes e de coleta de materiais como releases, agendas e mesmo notícias já divulgadas em outros veículos, “de onde vão se extrair as notícias” (Wolf, 1999: 219). Soma-se a isso, a imposição de a imprensa ter que dar sequência ao acompanhamento de alguns assuntos, em função de seus desdobramentos, cuja cobertura pode, assim, estender-se por dias, realçando, nesse caso, a noção dos meta-acontecimentos, de Adriano Rodrigues, ou seja, o discurso feito ação e a ação feito discurso.

Nos estudos considerados neste artigo sobre a abordagem pela imprensa dos fenômenos do crack e da Aids, vale ressaltar que observou-se uma associação entre os efeitos de uma cobertura marcada por uma fragmentação de conteúdos e sobrevalorização das chamadas fontes de autoridade, ou seja, especialistas das áreas de saúde e segurança pública e autoridades administrativas. Além disso, deve-se ressaltar que a dificuldade inicial de enquadramento de tais temas e angulação das abordagens por parte dos jornalistas contribuíram para uma sobrevalorização equivocada de alguns dos aspectos dos mencionados fenômenos em função de seu ineditismo e complexidade, colocando-se para a imprensa como um desafio em

termos de construção de relatos noticiosos mais assentados e esclarecedores.

A hipótese: os cenários complexos inaugurais

Este artigo, por opção, não se detém sobre o acontecimento imprevisível, este, que mesmo assim o sendo, faz parte da lógica do trabalho jornalístico. A atenção aqui se volta para processos que se instalam na sociedade, com visíveis impactos e rearranjos dos modos de percepção dos temas que envolvem. Foi a partir da verificação dos modos como o jornalismo abordou em Belo Horizonte (MG, Brasil) o surgimento e explosão do crack nesta cidade, a partir do ano de 1996⁷, que despertamos nossa atenção para circunstâncias em que ocorrências marcadas, primeiro por certo ineditismo e ao mesmo tempo, com efetivo poder de alteração/reordenamento/reorientação de práticas e relações sociais, geralmente estabelecendo para o jornalismo novas condições e determinantes de produção noticiosa.

Processo similar, pode-se afirmar de maneira relativizada, a imprensa em vários países do mundo conheceu no início da década de 1980, quando do surgimento da Aids. O pesquisador Nelson Traquina fez um aprofundado estudo sobre a atuação do periódico português *Diário de Notícias*, entre os anos de 1981 e 1991, na cobertura jornalística da Aids em Portugal. Traquina afirma que na cobertura da Aids pela imprensa portuguesa, a exemplo de tantos outros países, verificou-se posturas similares de simplificação do problema Aids e uma tendência ao estabelecimento de quadros explicativos redutores da complexidade da questão.

7-- Ver CRACK NA IMPRENSA: imaginários e modos de representação do jornalismo sobre o surgimento e a explosão da droga em Belo Horizonte (MG, Brasil). Disponível em www.compos.org.br.

A problemática da AIDS como 'estória' homossexual é reforçada constantemente com um tema repetitivo em que as estatísticas são um imperativo: a doença ataca principalmente os homossexuais. Num artigo de 1 de julho de 1983, é feita uma referência ao termo *grupos de alto risco*, mas o tema homossexual continua dominante. Uma breve notícia publicada no dia 6 de setembro de 1983 faz referência à morte de dois homossexuais na Argentina e tem como título "A peste cor-de-rosa" (Traquina, 2001: 161).

O pesquisador português assinala que a presença da Aids no noticiário português experimentou diferentes "eras" nessa cobertura. Inicialmente houve uma era invisível (pouca presença no noticiário e forte presença de fontes biomédicas – enquadramento da Aids como estória homossexual); em seguida uma era fantasma (um forte tom de medo, percebe-se aumento no número de notícias e postura ambígua da imprensa: discurso das autoridades tentando tranquilizar os leitores, mas as metáforas do próprio jornal evocando os riscos); a era política, marcada por um *boom* no número de notícias sobre a Aids, em que se destaca o governo e as políticas públicas de prevenção como atores principais do noticiário e, finalmente, a era da rotina, em que são relevados a investigação científica (portanto, acontecimento noticioso em desenvolvimento) e o avanço da epidemia em Portugal e no resto do mundo (acontecimento noticioso em continuação).

Ao determo-nos sobre estudos que analisaram o comportamento da imprensa brasileira nas coberturas referenciadas neste artigo (surgimento e explosão da Aids e do crack), observou-se que passado um momento de invisibilidade⁸,

que também os jornais brasileiros adotaram, de modo sucessivo, posturas de alardeamento, cristalização de mitos e um momento posterior de reangulação da discussão, buscando estabelecer, de modo mais assentado, quadros explicativos mais esclarecedores.

As análises e estudos mencionados revelam ainda que o marco zero dessas coberturas para os jornalistas denota uma perceptível dificuldade no modo de enquadramento e angulação desses novos temas. Mais ainda: não apenas por se apresentarem como efetiva novidade, mas em função do complexo enredamento de que resultam, esses cenários inaugurais parecem provocar nos *media* uma reação de perplexidade em que alternam-se narrativas que tendem a valorizar do senso comum à abordagem médica; das experiências singulares às estatísticas globais, da contação de estórias a explicações científicas. Não que tais abordagens sejam, a princípio, excludentes, mas chamou a atenção a reiteração pelos analistas⁹ de que a cobertura da imprensa tanto no caso da Aids quanto do crack patrocinava e fazia reverberar prioritariamente aspectos emocionais das duas questões, transformando a droga (crack) e a doença (Aids) em verdadeiros atores sociais, dotados de poderes mortificantes o que, em última análise, fragilizava o potencial de reflexão e esclarecimentos sobre esses graves fenômenos sociais.

Em uma palavra, esses novíssimos cenários e contextos que impõem ao jornalismo novas estratégias de tentativa de compreensão e relato dos fenômenos que os substanciam impõem aos jornalistas efetivos desafios e dificuldades em termos do estabelecimento de uma cobertura coerente e de qualidade.

8- Para Traquina (2001), a primeira era das seguidas fases da cobertura pela imprensa portuguesa da Aids.

9- Neste estudo, referenciamos-nos, em relação ao crack, na pesquisa CRACK NA IMPRENSA: imaginários e modos de representação do jornalismo sobre o surgimento e a explosão da droga em Belo Horizonte (MG, Brasil).

Disponível em www.compos.org.br. Sobre a Aids, tomou-se como referência o estudo *Visibilidades mediadas nas narrativas jornalísticas: a cobertura da Aids pela Folha de São Paulo de 1983 a 1987*. (CARVALHO, 2009)

Esclarecedora e reflexiva. O que neste artigo denominamos de *cenários complexos inaugurais* parecem, por assim dizer, desvelar a limitada capacidade do jornalismo em perceber o acontecimento além de sua superfície ocorrencial, em um processo circunstanciado por uma lógica de produção marcadamente fragmentária e fabril.

Em relação aos estudos mencionados acerca do crack e da Aids, Bruck (2013) e Carvalho (2009), respectivamente, assinalam que entre a veiculação das primeiras notícias sobre a doença¹⁰ e a droga¹¹ e a “estabilização” da cobertura, no sentido de esta ter se tornado menos apelativa e/ou com menos características mitificantes e fetichizantes, foram anos seguidos de publicações que, equivocadamente, apresentaram percepções equivocadas, valores discriminatórios e mesmo desinformações graves sobre a Aids e o crack. Como se mencionou anteriormente, nesses casos, a imprensa, no início das referidas coberturas, talvez mais tenha contribuído para opacizar as questões do que exatamente prestar esclarecimentos sobre as mesmas.

A imprensa brasileira estarecida com a Aids

Em estudo realizado sobre as narrativas construídas sobre a Aids pelo jornal *Folha de São Paulo*, no período 1994-1995, Rosana de Lima Soares chamou a atenção para o fato de que já no início da cobertura, no início dos anos 1980, a imprensa, no caso aqui a referindo-se diretamente ao periódico *Folha de São Paulo*, já cristalizava muitos dos (pré) conceitos que, por décadas, iriam cancelar as referências a Aids.

O que se destaca nessas primeiras matérias é o fato de que alguns elementos nelas cristalizados permanecem até os dias de hoje. Entre eles, destacam-se as referências aos homossexuais (na matéria de 06/06/83, por exemplo, a expressão doença de homossexuais é usada como sinônimo de Aids) e aos usuários de drogas, o tom alarmista das matérias demonstrando que a ciência — que tudo sabe — não sabia sobre a doença e, de início, nem sobre seu agente transmissor, a ideia de que a doença “espalhava-se” pelo mundo, a imagem da doença como um “mal a ser combatido”. Foi assim que a Aids começou a escrever sua história nos primeiros escritos publicados na Folha de S. Paulo. (Soares, 1998: 53).

Em seu estudo, Soares (1998) assinala que uma das explicações possíveis para a compreensão dessa perspectiva mitificante e cristalizadora de pré-concepções acerca de temas como a Aids está no fato de que mesmo na contemporaneidade, a cultura se reveste de elementos míticos, em função da impossibilidade de compreensão total das coisas do mundo.

A contemporaneidade, portanto, reveste-se de elementos cada vez mais míticos pela desproporção que se estabelece entre o que se conhece e o que se sabe. Em linhas gerais, trata-se de um profundo desconhecimento em relação às novas tecnologias e aos objetos usados no cotidiano, funcionando da mesma forma que o fanatismo religioso ao criar o obscurantismo, o mítico, o mistério, o desconhecido. A Aids enquanto doença parece ser já bastante conhecida (a questão da informação), mas dela pouco se sabe (e é essa a busca incessante da ciência). A ciência — em relação à Aids — parece estar articulada como uma espécie de religião. Conserva, portanto, todas as características de uma religião, o que não quer dizer que haja uma substituição da religião

10- A primeira referência à Síndrome de Imunodeficiência Adquirida no jornal *Folha de São Paulo*, analisado na pesquisa de C.A. Carvalho data de 1983, segundo o pesquisador.

11- No Brasil, os primeiros registros na imprensa sobre a apreensão da droga são de 1989, em São Paulo.

como fé em Deus pela religião como culto à ciência (ou à teletecnociência de Derrida); há, sim, pontos de contato entre os dois processos (a religião e a ciência), principalmente no que se refere ao mistério — ligado a um não-saber — e à crença — crer mesmo sem conhecer. Não se trata, é necessário reafirmar, de estabelecer a ciência como uma nova religião (mesmo porque tal relação com a ciência, em se ampliando a questão para além da Aids, não é nova), mas sim de dizer que este processo está articulado como uma religião. Em relação à Aids, isso implica que, além de a ciência agir permanentemente em busca da cura — uma espécie de redenção —, projeta-se nela uma certa esperança: espera-se que traga a salvação, operando um milagre — a eliminação da doença. (Soares, 1998: 68)

Fausto Neto (1999) salientou, por sua vez, o fato de que as imagens construídas em torno da doença resultavam, antes, de uma disputa de sentido que envolvia uma diversidade de concepções e percepções sociais de origens distintas – tanto em termos de uma perspectiva médica, moral e científica.

A discussão sobre a irrupção da Aids na sociedade constitui uma questão que ilustra o funcionamento de complexos mecanismos de produção e de disputa de sentido entre as instituições. Ao mesmo tempo, retém a importância sobre fenômenos de linguagens, notadamente, quando pensamos as diferentes estratégias que os diferentes campos procuram realizar a revisitada tarefa de produção da verdade. Quando falam da Aids, as instituições levam em conta um problema de natureza política e outro de natureza simbólica. Do ponto de vista político, a Aids se caracteriza como uma questão étnico-moral-tecnológica e cultural estruturada por diferentes práticas dos campos sócio-institucionais. Do ponto de vista simbólico,

a Aids é um significante com várias dimensões, resultado das diferentes construções de sentidos realizadas pelas estratégias de várias instituições (médica, política, religiosa, administrativa etc). Através dessa dupla articulação (macro-política e micro-discursiva), é que se engendram os poderes com que as instituições semantizam a noção de Aids e, por consequência, se estabelecem, nos limites de suas próprias fronteiras, as significações atribuídas a AIDS. (Fausto Neto, 1999: 15).

Nessa mesma linha, Susan Sontag (1989), nos alerta sobre como em relação à Aids constroem-se representações as mais distintas e assim também são estimulados imaginários, seja na comunicação jornalística ou publicitária por meio de vozes oriundas do campo político, científico ou médico mas que, em especial na década de 1980, ganharam uma forte conotação e sugestionamento de regramento moral.

Toda epidemia particularmente temível provoca uma grita contra a indulgência, a tolerância, que passa a ser encarada como frouxidão, fraqueza, desordem, corrupção: doença. Exige-se que as pessoas sejam submetidas a “exames”, que sejam isolados os doentes e suspeitos de estar doentes ou transmitir a doença, que sejam levantadas barreiras contra a contaminação – real ou imaginária – representada pelos estrangeiros.

[...] as dúvidas a respeito da propagação da doença - até que ponto ela vai se espalhar, quando isso vai acontecer e quem será afetado – continuam a ser as questões centrais no discurso público a respeito da AIDS.

[...] Uma onda de declarações e artigos afirmando que a AIDS ameaça a todos é logo seguida de uma onda de artigos que garantem

que a AIDS é uma doença “deles”, e não “nossa”. (Sontag, 1989: 95)

O pesquisador Carlos Alberto Carvalho realizou importante estudo sobre a cobertura jornalística da Aids entre os anos de 1983 e 1987 (Carvalho, 2009). Centrando sua análise também no jornal *Folha de São Paulo*, Carvalho apontou que no primeiro ano de seu corpus de observação, 1983, apenas dez matérias foram publicadas no periódico sobre a Aids. Para o pesquisador, a cobertura do tema teve um início “discreto” na *Folha* – o que sugere ser um período análogo a “era de invisibilidade” destacada por Nelson Traquina, referindo-se ao trabalho do jornalismo sobre a AIDS em Portugal. Destacou-se na pesquisa, como também observou Soares (1998), que desde o início a Aids foi referida como uma ‘doença de homossexuais’. Ao mencionar notícia sobre a doença, publicada pela *Folha de São Paulo*, em março de 1983, Carvalho observou:

O título, no entanto, revela uma recorrência em 1983, assim como nos anos posteriores de nossa pesquisa, qual seja chamar a Aids de “doença de homossexuais, repetindo procedimento comum a jornais no mundo todo, inclusive no Brasil, com a diferença de que ao contrário do que ocorreu no caso da *Folha*, verificou-se como procedimento recorrente em outros países tratamento sensacionalista, como chamadas garrafais dando destaque ao “câncer gay” ou à “peste gay”, conforme se tratava a AIDS, a partir dos conhecimentos médicos então disponíveis. (Carvalho, 2009: 98)

Pode-se afirmar que a cobertura pela imprensa da chagada da Aids no Brasil, na primeira metade dos anos 1980, assim

como em Portugal e tantos outros países, foi marcada por certo estarcimento, que, entre outros motivos, pode ser explicado pelo que se denomina de cenário inaugural, que se estabelece de modo tão impactante que tem o poder de estabelecer, no tecido social, novos paradigmas de comportamento coletivo e, muitas vezes, reorientando as relações sociais.

A cobertura do crack: fetiche e mitos

O crack está hoje entre os principais e mais graves desafios enfrentados pela sociedade brasileira, seja no campo da segurança pública, da saúde e das variadas instâncias da assistência social. As ações, programas e políticas de prevenção e combate ao uso do crack se multiplicam e a intensidade da presença do tema na mídia atesta a importância que este tem alcançado na sociedade. Não sem motivos, a droga é associada à ampliação das situações de risco social e pessoal: aumento da violência e criminalidade, ao fortalecimento de grupos criminosos, ao crescimento do número de moradores de rua, à desagregação familiar, entre outros¹².

Desde o início da década de 1990, o crack se tornou a maior novidade e a droga de maior impacto social no Brasil: seja pelos seus efeitos sobre os usuários, ou pelo fato – o que também foi considerado uma novidade – de se tratar de uma substância psicoativa relativamente barata e, por isso mesmo, de fácil acesso. Além disso, o uso do crack foi logo associado ao crescimento da criminalidade violenta e do número de homicídios. Outro aspecto diz respeito ao modo como se estabeleceu o comércio da droga. O crack, segundo estudos mais recentes, é distribuído a

12- No final de 2010, uma pesquisa da Confederação Nacional de Municípios (CNM) sobre a situação do crack nos municípios brasileiros, revelou que 98% das cidades pesquisadas enfrentavam problemas com a presença do crack e outras drogas. Um estudo do Instituto Nacional de Pesquisa de Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas (Inpad) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), divulgado em setembro de 2012, mostrou que a cocaína fumada (crack e oxi) já foi usada pelo menos uma vez por 2,6 milhões de brasileiros, representando 1,4% dos adultos. Os adolescentes que já experimentaram esse tipo da droga foram 150 mil, o equivalente a 1% deste grupo. O Brasil responderia, segundo o Inpad, por cerca de 20% do consumo mundial de cocaína e crack.

partir de uma ampla rede de pequenos empreendedores. É um funcionamento em redes - uma dinâmica de conexões entre seus componentes - que faz emergir um padrão de organização. Nessas redes, pequenos empreendedores, gerentes e 'soldados' atuam na venda e circulação da droga.

As observações relativas a uma década e meia (1996-2011) das inscrições sobre o crack no jornal *Estado de Minas*, da capital mineira, confirmaram a hipótese

Se por um lado a cobertura do crack contribui para iluminar o tema, por outro, a droga recebe alusões que remetem a uma fetichização do tema

inicial da pesquisa *Representações do crack na imprensa mineira: imaginários do jornalismo sobre a droga e os agentes envolvidos*: a cobertura sobre o fenômeno do crack acaba, em função de características e peculiaridades próprias do fazer jornalístico e das narrativas produzidas por este campo e pelo modo como as mídias se fazem presentes na sociedade, por reforçar, de modo enviesado, aspectos mais agudizados da questão e, em determinados momentos e circunstâncias, pouco contribuindo para uma melhor compreensão e debate sobre a droga.

É importante considerar, no entanto, e assim se deu ao longo de toda a pesquisa, que as perspectivas mencionadas sobre o

submundo do crack devem sempre, por correção e cuidado, ser relativizadas no sentido de entender que, a despeito da discursividade da imprensa - que, muitas vezes, embrenha-se por operações que mais relevam o mítico, o sensacional e o espetáculo em detrimento da informação esclarecedora - não se pode perder de vista que a droga produz efeitos gravemente danosos aos seus usuários e propicia, também de modo efetivo, circunstâncias e permanentes riscos de esgarçamento das relações familiares e do tecido social como um todo.

Como se deve destacar também que se, por um lado, e também paradoxalmente, essa mesma cobertura do crack apresenta, em determinados momentos, discussões e debates que efetivamente contribuem para iluminar o tema, por outro, a droga recebe alusões que remetem a uma fetichização e um tratamento que se afasta dos processos e ocorrências em si. O crack é valorizado, como se apontou, como um ator social dotado de superpoderes devastadores. Uma cobertura que faz com que as visões oferecidas pelo jornal esbocem-se, muitas vezes em edições subsequentes, em uma sucessão pendular entre o sensacional e mítico e a descrição objetiva e mesmo reflexiva.

Considerações finais

Ao propormos este artigo, assumimos que a reflexão nele apresentada deve ser entendida como um ponto de partida. Sonda que se lança ao complexo campo do jornalismo - em que se articulam e se sobrepõem questões e elementos das mais distintas naturezas - o ideológico, o político, o cultural, o social, o econômico, entre tantos outros. Nomeadamente, a inscrição de um conceito como o de

cenários complexos inaugurais, aspira algo distinto do que instituir um termo-chave ou ideia-força que sintetize compreensões e projete explicações sucintas.

O conceito do qual se apresenta um inicial esboço e que, portanto, requer ainda depuração e mais consistência teórica, pretende colocar-se como o índice de uma suspeição, a síntese de agrupamentos de dúvidas. Por isso mesmo, em nossa compreensão, a noção de *cenários complexos inaugurais* está longe de se estabelecer como um desses conceitos que aspiram ao universal. Pelo contrário, ao que tudo indica, sua utilidade é restrita e sua aplicação deve se dar de forma parcimoniosa. É, antes, por assim dizer, mais um modo de problematização do que de explicação. Pretende ser antes um modo de se fazer perguntas do que um delineador de respostas.

Desde já, no entanto, entende-se que a

noção de *cenários complexos inaugurais* mostra-se como efetiva possibilidade para se pensar e melhor compreender os modos de (re)ação do jornalismo em contextos de surgimento e desenvolvimento de circunstâncias/situações complexas que impactam a sociedade. Tais contextos, marcados pelo ineditismo, estabeleceriam novos parâmetros de compreensão e de abordagens de tais temas/assuntos, provocando, no tecido social, novos paradigmas de comportamento individual e coletivo e, muitas vezes, reorientando as relações sociais. Diante de novos quadros de realidade e de suas exigências de explicação, o trabalho jornalístico tenderia a se desenrolar em circunstâncias de instabilidade, em função de incertezas, generalizações e mitificações – que se instalam nas lacunas abertas pela impossibilidade inicial de melhor compreensão de tais processos.

Referências bibliográficas

- Alsina, M.R. (2009). A construção da notícia. Petrópolis, Vozes.
- Bardin, L. (2009). Análise de conteúdo. Lisboa, Edições 70.
- Benetti, M. e Fonseca, V. P. S.(2010). Jornalismo e acontecimento. Florianópolis, Editora Insular.
- Berger, P. L. e Luckmann, T. (2003). A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. (23. ed.). Petrópolis, Vozes.
- Bird, S. E. Dardenne, R. W. Mito, registro e estórias: explorando as qualidades narrativas das notícias. In Traquina, N. (org.). (1993). Jornalismo: questões, teorias e estórias. Lisboa, Vega.
- Bruck, Mozahir S. Crack na imprensa: imaginários e modos de representação do jornalismo sobre o surgimento e a explosão da droga em Belo Horizonte (MG, Brasil). Artigo apresentado à Compós em 2013. Acedido a 28.06.2013.
- Bruck, M. S. e Carvalho, C. A. (2012). Jornalismo: cenários e encenações. São Paulo, Intermeios.
- Carvalho, C. A. (2009). Visibilidades mediadas nas narrativas jornalísticas: a cobertura da Aids pela Folha de São Paulo de 1983 a 1987. São Paulo, Annablume.
- Castoriadis, C.(2002). (Vol. II). As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Correia, J. C. O admirável mundo das notícias. Labcom Books, 2011. Disponível em

<http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/26>

Fausto Neto, A. (1999). Estudo sobre a AIDS. São Paulo, Hacker Editores.

Fausto Neto, A. Em busca da cena primária. Copião do autor. 1998.

Gomes, W. (2009). Jornalismo, fatos e interesses. Florianópolis, Editora Insular.

Kovach, B. e Rosentiel, T. (2004). Os elementos do jornalismo. São Paulo, Geração Editorial.

Lage, Leandro. Notas sobre narrativa e acontecimento jornalístico. In: Leal, B. S. e Carvalho, C. A. (orgs.). (2013). Narrativas e poéticas midiáticas: estudos e perspectivas. São Paulo, Intermeios.

Lago, C. e BENETTI, M. (2008). Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis, Vozes.

Marroco, B.(2004). Prostitutas, jogadores, pobres e vagabundos no discurso jornalístico. São Leopoldo, Unisinos.

Martini, S. e Luchessi, L. (2004). Los que hacen la noticia. Buenos Aires, Biblos.

MOUILLAUD, Maurice e PORTO, Dayrell Sérgio. O Jornal: da forma ao sentido. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2002.

MULHERES que consomem «ecstasy» mais susceptíveis a danos cerebrais do que homens. Público, Portugal, 30 nov. 2001. Disponível em: <www.publico.pt>. Acesso em: 01 de maio 2013

Penedo, C. C.(2003). O crime nos media. Lisboa, Livros Horizonte.

Ponte, C. (2005). Para entender as notícias. Florianópolis, Editora Insular.

Quéré, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: França, V. R. V. e Oliveria, L. (2012). Acontecimento: reverberações. Belo Horizonte, Autêntica.

Rebelo, J. (2000). O discurso do jornal: o como e o porquê. Lisboa, Editorial Notícias.

Ricoeur, P. (1994 - 3v).Tempo e narrativa. Campinas, Papirus,

Rodrigues, A. O acontecimento. In. Traquina, N. (org.). (1993). Jornalismo: questões, teorias e estórias. Lisboa, Vega.

SAPORI, L. F. e Medeiros, R. (2010). Crack: um desafio social. Belo Horizonte, Editora PUC Minas.

Silva, G. et al. (2011). Jornalismo contemporâneo figurações, impasses e perspectivas. Salvador, Edufba/Compós. 2011.

Soares, R. L. (1998) (v. 2, n.2). Interface - Comunicação, Saúde, Educação. São Paulo, USP.

Sodré, M. (2002). Antropológica do espelho. Petrópolis, Vozes.

Sontag, S. (1989). A AIDS e suas metáforas. São Paulo, Companhia das Letras.

Sontag, S. (2003) Diante da dor dos outros. São Paulo, Companhia das Letras.

Sousa, J. P. (2000). As notícias e seus efeitos. Coimbra, Minerva.

Sousa, J. P. (2005). Elementos de jornalismo impresso. Florianópolis, Letras Contemporâneas.

Traquina, N. (2004). Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. Florianópolis, Insular, 2004.

Traquina, N. (2001). O estudo do jornalismo no século XX. São Leopoldo, Editora Unisinos, 2001.

Traquina, N.(2003). Jornalismo: questões, teorias e estórias. Lisboa, Vega,.

Wolf, M. (1999). Teorias da comunicação. Bracarena: Editorial Presença.